

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

RELATÓRIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROEJA

2007

1. DE PROGRAMA A POLÍTICA PÚBLICA

BRASÍLIA, JUNHO 2007

**Ministério
da Educação**



SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Proeja como Política Pública: Aspectos Históricos	4
3. Metodologia do Seminário para a Produção do Planejamento 2007	6
3.1 Princípios Fundantes	7
3.2 Estratégias	9
3.3 Ações a serem executadas pela Setec	32

2. INTRODUÇÃO

O planejamento da SETEC/PROEJA foi organizado com vista a pensar, coletivamente, as concepções, estratégias e ações da Secretaria, de modo a dar prosseguimento à implantação/implementação do PROEJA em toda a abrangência prevista pelo Decreto nº. 5.840/2006.

A metodologia de trabalho para a realização do planejamento partiu do entendimento de que o coletivo envolvido e afetado pela ação da SETEC pode aportar contribuições significativas ao processo de trabalho, face à experiências que desenvolvem, balizando e possibilitando melhor definição do campo de atuação, das estratégias e ações.

Para isso, a SETEC/DPAI organizou o Seminário do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2007, em Brasília, DF, com o objetivo de viabilizar condições para um pensar coletivo sobre a gestão de um Programa inserido em um sistema amplo e complexo, que não apenas envolve a rede federal, mas impõe a articulação com outros níveis de governo, além de diversos atores sociais.

Se o PROEJA configura um programa inovador e audacioso na perspectiva que traz para os órgãos instituídos, mais ainda se observa quando se lança à articulação de entidades cujos vínculos com o poder público não vêm sendo feitos pela conjugação de esforços e de ações integradas.

O planejamento 2007 confirma o desejo da SETEC de que o PROEJA passe da condição de Programa para tornar-se política pública, o que exige forte mobilização social em torno da concepção por ele posta, envolvendo o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), os Conselhos de Educação, os sindicatos, os movimentos sociais, a universidade, a rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, estados, municípios, fóruns de EJA, entre outros.

Assumir o PROEJA como política pública significa dizer, também, que os recursos indispensáveis à sua manutenção devem originar-se não apenas do governo federal/SETEC, mas dos orçamentos das diferentes esferas de poder envolvidas e das instituições cujo fazer recebe, de uma forma ou de outra, investimentos públicos, que deixam de passar pelas mãos

do governo federal. Do mesmo modo, entende-se que as destinações de recursos da educação de jovens e adultos (EJA) que viabilizam as políticas nessa área precisam prever o Programa em todas as esferas de poder, assim como no orçamento de todas as instituições do campo, como componente integrado da compreensão do direito à educação para jovens e adultos.

Outro aspecto impôs o planejamento participativo: a necessidade de conformar o novo campo epistemológico inaugurado pelo PROEJA, que carece de formulações teóricas mais intensas, já iniciadas. Não apenas a formulação do Programa, mas também os cursos de especialização gerados e as pesquisas decorrentes do Edital CAPES/SETEC/PROEJA apontam nesse sentido, demonstrando que da qualidade do diálogo entre educação profissional e EJA poderá nascer um campo mais ou menos expressivo, teoricamente.

3. PROEJA COMO POLÍTICA PÚBLICA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Chegar à concertação de que o PROEJA pode vir a ser uma política pública na acepção mais ampla do que se concebeu, originalmente, remonta à origem escravocrata da sociedade brasileira, cuja concepção de *res-publica* tem história muito recente. Ainda assim, essa história assegurou, na letra da lei, e não na prática social, para todos, a condição cidadã e de pertencimento como sujeitos de direitos. As pressões sociais, marcadamente dos movimentos sociais das duas últimas décadas fizeram avançar direitos nos marcos legais, forjados na luta pela cidadania de homens e mulheres.

Dentre esses direitos, o da *educação para todos*, independente da idade, firmado pela Constituição de 1988, trouxe para jovens e adultos um lugar antes só compreendido como benemerência do Estado, ocupado de modo compensatório para “um tempo perdido”. A educação como direito, entre nós, põe-se ainda no âmbito legal do ensino fundamental, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96) aponte para a perspectiva de ampliação desse direito à educação básica, o que inclui, nesse caso, o ensino médio¹. A educação profissional, face à natureza do público e à complexidade da sociedade brasileira, vem estabelecendo novo marco de concepção e se apresenta como construção possível para pensar a organização da oferta de ensino médio para todos, em resposta à perspectiva social de terminalidade desse nível de ensino e estímulo à continuidade de estudos, face ainda ao déficit histórico de atendimento à população que não concluiu sequer o ensino fundamental.

Decorreu dessa concepção um conjunto legal significativo contribuidor da instituição de referências não apenas no campo da educação profissional, mas também na área de EJA. Podem-se destacar as Diretrizes para a EJA, formuladas pelo Parecer CEB/CNE nº. 11/2000, seguidas de outras que se ocuparam da educação profissional e tecnológica, revertendo uma tendência histórica de estreitamento da visão do campo. Os documentos: *Políticas públicas para a EPT* (2004); o Decreto nº. 5.154/2004; a Portaria nº. 2.080/2005 – MEC; o Decreto nº. 5.478/2005; o *Documento Base do PROEJA* (2006); o Decreto nº. 5.840/2006; e as formulações exaradas da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

¹ Lembrar que a educação básica concebe a educação desde 0 ano, expandindo-se até o ensino médio, o que significa dizer que vai da educação infantil ao nível médio.

(CONFETEC) são marcos definidores de um novo pensar/fazer do campo, em ativa influência sobre o sistema educacional. Ainda documentos norteadores da ação de *Formação de professores - Especialização* (2006, cursos iniciais em fase de conclusão) e o *Documento Base do PROEJA - Formação Inicial e Continuada – Ensino Fundamental* (em construção), além do Edital PROEJA/CAPES/SETEC – Pesquisa e pós-graduação, demonstram a vitalidade da Coordenação e o *modus operandi* como se vem produzindo, em torno do PROEJA, ações e conhecimentos conseqüentes e inovadores, buscando a participação como método de trabalho.

4. METODOLOGIA DO SEMINÁRIO PARA A PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO 2007

Para o Seminário foram convidados cerca de 120 pessoas entre representantes dos conselhos da rede federal de educação profissional e tecnológica, coordenadores de curso e alunos da especialização PROEJA, representantes do Movimento de Reforma Agrária, da Escola Família Agrícola, dos Fóruns EJA, da Andifes, das Universidades, dos estados e municípios. Após uma explanação inicial sobre o PROEJA, realizada por Jaqueline Moll SETEC – MEC, e da apresentação das principais linhas de ação do Programa (Leila Márcia Ghedin do CEFET-RR relatando a realização do curso técnico PROEJA, Simone Valdete e Margarete Maria Chiapinoto do CEFET-RS relatando a experiência da especialização PROEJA e Domingo Leite Filho da UTFPR relatando sobre o Edital Capes/SETEC), os convidados foram divididos em sete grupos e, durante três dias, no Parlamundi, discutiram as seguintes questões básicas, organizadas em eixos temáticos, a saber:

I - Relações interinstitucionais (MEC, Rede Federal, Estados, Municípios, Movimento Social, Universidades, Sistema S, outros) e financiamento;

II - Divulgação, acesso e permanência;

III - Integração da educação profissional à educação básica, na modalidade de jovens e adultos e formação dos profissionais da educação;

IV - Pesquisa e produção de material didático-pedagógico;

V - Marco conceitual, regulatório e certificação;

VI - Estratégias para o debate nacional.

Uma plenária final possibilitou a apresentação das contribuições dos sete grupos, quando a mesa, formada por Jaqueline Moll, SETEC/MEC; Jane Paiva, UERJ e Dante Henrique Moura, CEFET-RN, dialogou com as proposições, oferecendo contribuições às propostas formuladas e ao documento sistematizador, todos organizados neste Relatório.

A apresentação dessas contribuições no Relatório se faz a partir de três grandes itens: 1) *princípios fundantes*, quando se explicitam os fundamentos que norteiam a ação planejada para o PROEJA; 2) *estratégias*, englobando diversas categorias adiante apresentadas; 3) *ações* a serem executadas pela SETEC/sistema com vista à consolidação do PROEJA.

3.1 Princípios fundantes

Para compreender os princípios que orientarão o planejamento de ações do PROEJA, há que se tomar como ponto de partida a EJA como campo de conhecimento definido, o que requer especificidade em metodologias, estratégias, organização espaço-temporal, no perfil dos professores etc. O Programa, visando à formação humana integral, toma o *trabalho*, a *ciência*, a *tecnologia* e a *cultura* como categorias indissociáveis, destacando a concepção ampla de tecnologia como construção social, produção, aplicação e apropriação de práticas, saberes e conhecimentos, com finalidade última de inclusão da população, independentemente da idade, nas ofertas educacionais públicas qualificadas.

Para isso, assume a necessidade de *inserção orgânica da EJA integrada à educação profissional* (EP) nos sistemas educacionais públicos, ampliando, de fato, o direito à educação básica, pela universalização do ensino fundamental e médio.

E por que *educação pública*? Este constitui um princípio a ser considerado no planejamento das ações. A construção da esfera pública leva em conta o direito à educação dos cidadãos, pelo qual o Estado deve responder como dever. Essa construção diz respeito a incentivar e ampliar o sentido desse direito, expandindo-o à concepção de educação básica para todos, o que implica a universalização do ensino médio. Para isso, o mesmo movimento realizado pela universalização do ensino fundamental precisa ser tomado como prioridade, a fim de constituir um novo patamar de escolaridade para todos ao qual, nesse caso, soma-se a concepção de *educação profissional integrada*.

O sentido de público passa, ainda, pela escolha quanto ao lugar de se aplicarem os recursos para o financiamento desse modo de conceber a educação profissional integrada, atribuindo-se esse lugar às instituições públicas, ainda que em colaboração com movimentos sociais, entidades etc. A escolha reside no fato de que cada recurso investido nessas instituições públicas pode beneficiar diversas gerações, contribuindo para o enraizamento do Programa e a construção de uma política pública, para além de projetos de caráter pontual.

Outro *princípio* fundante do planejamento diz respeito ao modo como se entende a *atuação do poder público junto à sociedade*, no tocante a expandir a oferta de educação profissional integrada à formação geral. A autonomia dos entes federados não pode significar desvínculo entre os poderes. Antes, pelo contrário, deve estabelecer um regime de colaboração ancorado nas redes públicas, com maior acercamento do MEC em relação aos municípios a partir das redes federais, tomadas como *locus* atual da prática educativa. Formar uma rede de cooperação, e não de “poder acima de todas as coisas”.

Esse regime de colaboração implica a articulação/coordenação intra MEC e MEC/estados e municípios, envolvendo outras entidades afetas à questão, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) e Conselhos Municipais de Educação (CMEs) onde existem, assim como o CONSED e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Mas também implica a articulação com outras políticas setoriais, por exemplo, com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), entre outros. Exige-se, portanto, a definição de responsabilidades e competências no fazer da política pública, para todas as esferas de poder.

Para que o PROEJA se torne, efetivamente, política pública, não pode prescindir, portanto, do envolvimento das distintas esferas de governo, do mesmo modo que exige maior articulação com movimentos sociais, economias locais e sociedade civil organizada.

Movimentos sociais, exercendo pressão sobre o poder público em defesa de suas demandas educacionais, são atores indispensáveis ao processo de planejamento e formação teórico-epistemológica sobre educação profissional integrada à EJA, por gerarem também conhecimento no campo. Concepções de currículo, construção e atualização de projetos pedagógicos, condições e tamanho da oferta dos cursos são aspectos do Programa para os quais muito têm a contribuir os movimentos sociais.

Decorrente deste *princípio* orientador, a articulação de políticas de emprego e renda com as de EJA e EPT como estratégia de desenvolvimento sustentável das economias locais podem contribuir para pensar a concepção e a oferta de cursos, do mesmo modo que a experiência de formação de pólos regionais articulados com movimentos sociais e demais parceiros pode ampliar o alcance do Programa em todos os estados e no DF.

Essa articulação implica um outro *princípio-guia* do planejamento: assumir essa concepção de educação como produtora de *inclusão social*, não apenas pelo que maiores

níveis de escolaridade podem significar para a inserção dos sujeitos com os modos como a cultura se organiza, mas também pelos vínculos que estabelece com arranjos produtivos locais, possibilitando a vivência do trabalho e da geração de renda. O diagnóstico das realidades dinâmicas com as quais a implementação do Programa deve dialogar pode levar a ofertas mais sintonizadas e sincrônicas com os tempos sociais e os modos produtivos que se arranjam continuamente.

Ao tomar o trabalho como princípio educativo, entende que homens e mulheres transformam o mundo pelo trabalho, ao mesmo tempo em que se produzem como tais nesse processo. Por conceber as heterogeneidades como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem identidades sociais, homens e mulheres – sujeitos histórico-sociais - são capazes, portanto, de transformar a realidade.

Um outro *princípio* deve orientar o planejamento: o da *pesquisa como princípio educativo*, pela exigência de construção da autonomia intelectual, no fazer/pensar/refazer a si e a realidade. Esta, concreta, pensada como totalidade, é a síntese das múltiplas relações que se estabelecem no meio social e, por isso mesmo, precisa integrar o planejamento como força mobilizadora do conhecimento.

Por último, o *princípio* de que a *formação continuada* é inerente às possibilidades de avançar na concepção do Programa indica ser indispensável assegurar no planejamento a garantia de acesso a diversas modalidades de formação, seja no que diz respeito à produção de conhecimento pela pesquisa, seja na qualificação profissional.

Assumidos esses princípios como fundantes de um processo de planejamento, entende-se ser possível garantir a unidade de objetivos e propósitos, na singularidade de propostas capazes de revelarem a diversidade do campo em que o Programa se realiza.

3.2 Estratégias

Para que o PROEJA possa ser consolidado ao mesmo tempo em que se vai transformando em política pública é fundamental adotar algumas estratégias que potencializem essa transformação. Podem-se sintetizar as seguintes estratégias com vista a viabilizar a materialização desse Programa: *de atendimento; pedagógicas; de formação inicial e continuada de docentes; de financiamento; de divulgação; da revisão de marcos legais; e de infra-estrutura.*

a) Estratégias de atendimento

Do ponto de vista ético, o fundamento básico norteador do atendimento ao público do PROEJA é a universalização do direito de acesso a todos que se encontrem na faixa etária correspondente às ofertas educacionais provenientes desse Programa – em processo de consolidação e transformação em política pública educacional. Além do acesso, igualmente importante é cuidar para que os estudantes permaneçam e concluam, com qualidade, os cursos nos quais ingressaram.

Dessa forma, medidas que contribuam para estabelecer esse fluxo (acesso – permanência – conclusão com qualidade) poderão fazer com que as ações do PROEJA contribuam para melhorar condições de (re)inserção social, cultural, econômica, política e laboral dos grupos destinatários dessa política pública.

Essa é, portanto, a meta a ser alcançada. Para isso, é fundamental que o PROEJA seja implantado, ampliado e consolidado e transformado em política em todos os sistemas públicos de educação do país, ou seja, no âmbito da União, dos estados e dos municípios, de forma coordenada e articulada. Entretanto, o Estado brasileiro, em geral, ainda não está consolidado de forma a garantir a universalização dessa oferta, no momento presente.

Enquanto não se alcança essa meta, a combinação de ações dirigidas ao grande público demandante das ofertas do Programa com ações mais direcionadas a grupos específicos deverá constituir foco de atenção, como no caso de adolescentes em conflito com a lei, internos penitenciários, trabalhadores rurais, agricultores familiares, educandos com necessidades especiais, grupos indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, com programas diferenciados para atendimento a populações urbanas e rurais.

Diante dessa realidade, independentemente de uma determinada ação do Programa ser dirigida a um público mais amplo ou a coletivos específicos, nas situações em que a quantidade de vagas oferecidas for inferior à demanda, os processos de seleção dos postulantes às vagas dever-se-ão basear em instrumentos que priorizem grupos em situação de maior dificuldade de inserção sociolaboral do que levando em conta, isoladamente, aspectos cognitivos.

A partir dessas convergências, no Seminário de Planejamento foram propostos alguns elementos a serem considerados nos processos seletivos, para favorecer o ingresso de estudantes nos cursos oferecidos pelo PROEJA:

- Ampla publicização, principalmente, em locais de grande afluência de sujeitos que façam parte do público que potencialmente poderá demandar o PROEJA;
- Articulação de medidas que possibilitem a constituição de critérios para ingresso dos que, precipuamente, compõem os grupos destinatários do Programa, tais como: tempo fora da escola, dificuldade de acesso e baixa renda familiar; procedência da EJA e de programas afins como o PROJOVEM, ser portador de necessidades educativas especiais;
- Criação de uma ficha nacional de avaliação socioeconômica e de comprovação de grau de escolaridade dos potenciais estudantes para promover a implementação de bancos de dados estaduais e possibilitar a criação de critérios próprios de seleção disponibilizados para o edital de seleção (idade, sorteio, renda etc.), considerando as informações da ferramenta do CAD-ÚNICO da Caixa Econômica Federal;
- Realização de estudos visando a caracterizar os grupos destinatários do Programa, favorecendo diferentes formas de intervenção;
- Valorização de experiências profissionais anteriores, utilizando a técnica de entrevista, questionários socioeconômicos e outros procedimentos;
- Realização de diagnóstico regional de interesses e demandas, conforme previsto no Artigo 5º do Decreto nº. 5840/2006, o que implica a necessidade de produção desses diagnósticos;
- Atendimento à diversidade populacional no que se refere à etnia, gênero, cultura, geração, necessidades educacionais especiais, religião etc.;
- Gratuidade de exames de seleção e eliminação de qualquer outro tipo de mecanismo excludente;
- Prioridade para estudantes oriundos de ensino médio na modalidade EJA (se necessário, na forma concomitante para não desprezar períodos letivos já cursados) ou que tenham feito na EJA o ensino fundamental;

- Criação de critérios de desempate para assegurar vagas a jovens e adultos não-assistidos pelo ensino regular, considerando a idade e o tempo de afastamento da escola;
- Priorização de estudantes provenientes da escola pública;
- Criação de mecanismos inclusivos de acesso, a partir de discussões coletivas com atores envolvidos com o PROEJA, de modo a atender a diversidade cultural e a especificidade da EJA;
- Realização de oficinas para avaliação de habilidades dos candidatos para posterior encaminhamento a cursos profissionalizantes;
- Realização de evento de informação sobre cursos do PROEJA, promovido pela instituição ofertante, visando a uma escolha mais consciente por parte do candidato;
- Estabelecimento de convênios com empresas visando à oferta de cursos no âmbito do PROEJA;
- Desenvolvimento de convênios e de outras formas de colaboração que proporcionem oportunidades e espaços para estágios curriculares aos estudantes do PROEJA;
- Abertura de oportunidades — tanto dentro das instituições promotoras do curso, quanto no âmbito comunitário — para que os s coloquem em prática conhecimentos inerentes ao campo profissional do curso;
- Acompanhamento psicopedagógico, psicossocial e de orientação educacional e profissional;
- Atenção primária à saúde dos estudantes: ênfase aos portadores de necessidades especiais;
- Criação de mecanismos com vista à garantia de recursos para: auxílio alimentação; transporte; aquisição de material didático; segurança das escolas; criação, adequação e ampliação do acervo das bibliotecas e de laboratórios;
- Consolidação de programas e políticas de fomento (na perspectiva de emancipação dos sujeitos) viabilizando “bolsa-auxílio” para estudantes do PROEJA, casando com

outros programas de transferência de renda, promovendo-lhes a permanência e participação ativa durante todo o curso.

Por outro lado, foram identificados alguns pontos em que não houve consenso entre os participantes, apresentados em continuação:

Sobre idade mínima para ingresso no Programa

- Idade mínima de 18 anos para ingresso no ensino médio, evitando migração e inserção no PROEJA de estudantes que deveriam integrar o público do ensino médio “regular”;
- Idade mínima de 18 anos para ingresso no ensino fundamental e de 21 anos para o ensino médio;
- Definição de idade mínima de acesso ao PROEJA para o ensino fundamental e médio, assegurando a continuidade para os estudantes do PROJovem.

Sobre *sorteio* como critério de ingresso no Programa

- Realização de sorteios, considerando cotas estabelecidas a partir de critérios definidos;
- Não adotar *sorteio* como critério de seleção, por representarem incentivo ao não-estudo.

Sobre auxílio por meio de bolsa

- Bolsa-auxílio PROEJA com acompanhamento e avaliação do desempenho e frequência escolar do estudante por parte da instituição proponente;
- Bolsas de estudo com critério pedagógico formativo;
- Bolsas com possibilidade de contrapartida, pelo aluno, de trabalho voluntário.

b) Estratégias pedagógicas

Estratégias pedagógicas visando à consolidação das ofertas formativas inerentes ao PROEJA tomam em conta ações próprias da escola de maneira geral, mas também as especificidades da educação de jovens e adultos.

Para isso, implica que o projeto político-pedagógico da escola vinculada ao Programa seja construído coletivamente pelos sujeitos envolvidos, ou seja, professores, pessoal técnico-administrativo e dirigentes escolares, com a participação de estudantes e comunidade onde está inserida a respectiva unidade educacional.

Além disso, para que essa construção seja potencializada como espaço de formação continuada de docentes, técnicos e dirigentes, entre outras estratégias, podem ser desenvolvidas ciclos de estudos, palestras, debates e seminários voltados à reflexão acerca das inter-relações existentes entre *educação, trabalho, ser humano, sociedade, ciência, cultura e tecnologia* e implicações sobre a *função social da educação em geral, da unidade escolar em particular*, assim como sobre o *papel de docentes e de dirigentes institucionais*. Tudo isso repercutirá sobre a *concepção de ser humano* assumida pela escola e, em consequência, sobre o *tipo de formação* que nela se realizará.

Igualmente importante é o diálogo a ser estabelecido entre o projeto em construção, o vigente e projetos anteriores. Isso é fundamental, porque na educação, como em outras esferas científicas, o conhecimento é (re)construído a partir do que existe, não se apagando o passado para dar luz ao novo. Ao contrário, a cultura e o conhecimento historicamente acumulados pela humanidade são fatores determinantes do momento presente e do futuro.

Diante desses fundamentos básicos, os participantes convergiram em algumas estratégias pedagógicas vinculadas às ofertas provenientes do PROEJA:

- Garantia de espaços de discussão sistemática para planejamento, acompanhamento e avaliação;
- Prática educativa pautada pelo trabalho coletivo desde o planejamento curricular, envolvendo todos os profissionais das distintas áreas do conhecimento;
- Ações orientadas à ruptura com a lógica cartesiana de organização do currículo, buscando a superação da fragmentação do conhecimento de modo a contextualizar os conhecimentos e avançar na perspectiva da superação das especializações nas diversas áreas de conhecimento;
- Apropriação e disseminação do desenvolvimento do currículo integrado no Brasil e no exterior, respeitando as características locais e especificidades regionais;
- Estruturação dos espaços e tempos dos docentes envolvidos na perspectiva de potencializar o trabalho coletivo e sistemático com vista à produção de um novo paradigma educacional localizado na convergência entre a educação de jovens e adultos, a educação básica e a educação profissional. Para isso, é fundamental que a jornada de trabalho docente contemple carga horária para esse fim;
- Apropriação do conhecimento assumida na perspectiva de construção social dos sujeitos, da qual emergem significados relativos à cognição, afetividade, corporeidade, valores, atitudes e habilidades que compõem as vivências pessoais dos estudantes;
- Preocupação em buscar respostas acerca do projeto de sociedade que se deseja construir, de forma articulada com os mais diversos segmentos da sociedade. Coerentemente, buscar respostas a respeito do sujeito que se pretende formar, do ponto de vista pessoal e profissional;
- Troca e valorização de experiências consolidadas entre profissionais que trabalham com educação profissional integrada à EJA no âmbito estatal e não-estatal;
- Realização de discussões periódicas com os sujeitos envolvidos, organizando síntese teórica do processo como um todo, para contribuir com as práticas educativas futuras;
- Interação com os segmentos sociais e sindicais que têm desenvolvido práticas na EJA, como exemplo: CEMET Paulo Freire (Porto Alegre), Instituto Integrar, experiências no âmbito do MST, Trabalho Doméstico Cidadão, Saberes da Terra etc.

Promover a inserção dessas práticas nas políticas públicas que nortearão as estratégias inovadoras, valorizando diversidades e regionalização, necessárias ao bom desenvolvimento do curso nos respectivos núcleos;

- Criação de grupos de pesquisa nas instituições que atuam no Programa, em especial vinculados ao CNPq, com vista, inclusive, a formalizar na ANPEd um espaço para a discussão e produção do conhecimento na esfera do PROEJA;
- Ampla divulgação dos cursos de pós-graduação do PROEJA;
- Sistematização e socialização dos resultados de ações educativas desenvolvidas, por meio de produções acadêmicas, com vista à publicação em periódicos especializados;
- Criação de linha editorial para a publicação de produções de docentes e estudantes e práticas pedagógicas dos envolvidos com o PROEJA;
- Criação de revista técnico-científica de abrangência nacional na temática da EJA integrada à EPT, utilizando o seminário de planejamento para formar o embrião do comitê editorial;
- Estímulo à produção de livros e de outros materiais didáticos específicos, envolvendo todos os componentes curriculares;
- Publicação do memorial descritivo das experiências do PROEJA que vêm acontecendo nas diversas regiões e registro-resgate histórico;
- Organização de currículo integrado por meio de temáticas concebidas a partir da relação jovem/adulto com e no mundo do trabalho/sociedade contemporânea, currículo esse baseado em metodologias ativas como, por exemplo, projetos de trabalho, situações-problema etc.;
- Construção de currículo que considere características do estudante do PROEJA e seus conhecimentos empíricos, na perspectiva de atendimento às necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais de jovens e adultos na contemporaneidade;
- Construção de currículo integrado que inclua aulas de campo, atividades culturais (cinema, museu, teatro) e esportivas;
- Articulação de áreas de conhecimento, visando à concepção integrada de ensino;

- Oferta de cursos em sintonia com programas de desenvolvimento local e regional;
- Adequação dos cursos às necessidades dos estudantes, respeitando a diversidade regional e cultural;
- Identificação e divulgação de ações educativas e de assistência exitosas, no sentido de contribuir para a permanência dos estudantes;
- Organização de tempos e espaços escolares à realidade dos sujeitos estudantes, como, por exemplo, no caso da pedagogia da alternância;
- Adaptação de horários de aula e calendário escolar para atender as peculiaridades dos estudantes;
- Sensibilização dos estudantes para a concepção pedagógica do PROEJA, apresentando-lhes, previamente, as áreas profissionais oferecidas;
- Avaliação diagnóstica (experiências, aspirações, conhecimentos);
- Incentivo à participação dos estudantes nas diversas atividades socioculturais da escola;
- Inserção do estudante em atividades profissionais na própria escola;
- Possibilidade de utilizar a EaD como forma de ampliação de vagas, bem como de propiciar aos estudantes autonomia na condução de sua aprendizagem, mediante análise da compatibilidade dessa modalidade com as características específicas de cada grupo e do curso a ser oferecido;
- Desenvolvimento de sistemas de avaliação inclusiva (contínua, processual, formativa e somativa);
- Adoção de horizonte de ruptura com a perspectiva conservadora de prática docente, de modo a superar a fragmentação, a descontextualização, a reprodução do conhecimento, a indiferença frente à diversidade, a neutralidade ética e a relação vertical entre professor e estudante;
- Diálogo com outras experiências análogas (*Saberes da Terra, Unitrabalho, Consórcio da Juventude, PROJOVEM* etc.);

- Construção de espaços de convivência (artes plásticas, música, dança, educação física, outras atividades culturais e de lazer);
- Elaboração de material pedagógico, visando à integração entre profissionais das diversas áreas do conhecimento;
- Produção, socialização e utilização de materiais multimídia sobre a temática do PROEJA;
- Socialização de materiais educativos já produzidos: *PROJOVEM*, *DEJA/SECAD*, *Saberes da Terra*, publicações regionais;
- Produção e socialização de catálogo de material didático para a EJA, a partir do material coletado pela SECAD;
- Criação de *site* interativo do PROEJA, para sistematizar e disseminar informações, materiais produzidos por instituições públicas e privadas, pesquisas, estatísticas, práticas pedagógicas, revista eletrônica e grupo de discussão;
- Incentivo à formação de professores no que se refere à elaboração coletiva de materiais didático-pedagógicos, voltados a auxiliar a prática educativa de cada um e de todos os envolvidos;
- Promoção de eventos locais, regionais e nacionais (seminários, oficinas, congressos) contemplando, inclusive, os sujeitos envolvidos nos cursos de formação de professores para o PROEJA;
- Registro específico na CAPES, para fins de certificação, dos eventos promovidos pela SETEC/MEC;
- Estímulo à utilização de casos concretos evidenciados nos cursos técnicos do PROEJA como objeto de estudo prioritário nos TCCs dos cursos de formação de professores para o PROEJA.

Por outro lado, foram identificados alguns pontos em que não houve consenso entre os participantes, os quais vão apresentados em seguida:

Sobre material didático-pedagógico e educativo

- Produção de material de apoio, de âmbito nacional, com diretrizes para o professor sobre referencial teórico-metodológico e didático-pedagógico sobre educação profissional integrada a EJA;
- Incentivo à criação de material didático pelos próprios professores, a partir de suas realidades específicas, valorizando e socializando essas produções de forma pública;
- Construção de material didático-pedagógico a partir de experiências vividas com os próprios estudantes, o que implica descartar a possibilidade de elaboração de material didático de amplitude nacional.

c)Estratégias de formação inicial e continuada de docentes

A maioria dos docentes que atuam ou atuarão no PROEJA se encontram nos sistemas/redes públicas de estados, de municípios e da União, pelos menos em um primeiro momento. Uma parte tem graduação específica na área profissional em que atua/atuará. São engenheiros, arquitetos, contadores, administradores e outros bacharéis que exercem a docência sem ter formação para tal.

Outra parte desses profissionais tem licenciatura voltada para as disciplinas da educação básica, portanto foram formados para o exercício da docência no ensino de Matemática, Química, Geografia, História etc., voltada para estudantes de ensino fundamental ou médio, o que é diferente de atuar, mesmo com essas disciplinas, em cursos cuja finalidade é a formação profissional. Nesse caso, é fundamental que o docente tenha formação específica que lhe aproxime à problemática das relações entre educação e trabalho e ao vasto campo da educação profissional e, em particular, à área do curso no qual está lecionando ou vai lecionar. Esse cuidado auxilia no sentido de estabelecer conexões entre essas disciplinas e a formação profissional específica, contribuindo para reduzir a fragmentação do currículo.

Além disso, nos dois grupos anteriores observa-se significativa quantidade de docentes que nunca atuaram na educação de jovens e adultos, como também muitos, que apesar de já terem atuado ou ainda atuarem, não têm formação nessa modalidade educacional. Dessa forma, não conhecem os modos pelos quais aprendem os adultos e quais suas características, necessidades, expectativas, dificuldades, potencialidades, enfim, especificidades próprias de sujeitos adultos que voltam a vivenciar novas situações de aprendizagem.

Nesse sentido, a formação de docentes provenientes do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou da educação profissional deve promover aproximação à problemática do campo específico que se está criando, diretamente relacionado, por regiões de convergência, com os campos já mencionados. Por ser novo, se diferencia dos três e, ao mesmo tempo, traz marcas de todos eles.

Essa formação poderá ser desenvolvida tanto na perspectiva inicial, principalmente, para futuros profissionais que venham a se formar para atuar nessa esfera educacional, como na de formação continuada – caso dos professores que já estão atuando nos sistemas de ensino.

Diante desses pressupostos básicos, os participantes convergiram em algumas estratégias vinculadas à formação inicial e continuada de professores que atuam/atuarão no PROEJA:

- Investimento, por parte do MEC e de instituições fomentadoras do Programa, com estratégias adequadas como: políticas de *formação continuada* (oferecendo em nível nacional e regional cursos, oficinas etc.) e de *valorização docente* (promovendo-lhes remuneração satisfatória, bem como otimizando estrutura e condições de trabalho);
- Oferta de cursos presenciais e a distância, utilizando Internet, TV, rádio, material impresso e outras mídias.
- Regime de mútua colaboração entre secretarias estaduais, municipais, instituições de ensino superior, CAPES, SETEC visando ao oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* dirigidos aos profissionais que atuam no PROEJA;
- Desenvolvimento de processos integrados de produção de conhecimento, de oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e de formação de professores, no âmbito de grupos de pesquisa;
- Possibilidade de ampliar a formação pedagógica, nas universidades, dos profissionais de áreas técnicas;
- Busca de vagas em universidades públicas, em cursos de pós-graduação na área da educação para profissionais que já estão no processo, tendo a educação a distância como um dos recursos complementares;

- Estruturação e oferta de cursos de pós-graduação no âmbito da Rede Federal de EPT na área da educação profissional, destinados aos profissionais que já estão no processo, tendo a educação a distância como um dos recursos complementares;
- Transformação de experiências vividas nas especializações realizadas nos pólos, em programas de formação continuada;
- Formação acadêmica aliada à prática profissional e referenciada ao mundo do trabalho;
- Formação de profissionais sob a ótica da educação integrada, a partir do trabalho como princípio educativo e de prática pedagógica diferenciada e transdisciplinar;
- Especialização de profissionais já envolvidos com educação profissional integrada à EJA, segundo o novo paradigma produzido;
- Desenvolvimento de articulação no sentido de incluir as temáticas educação de jovens e *adultos e educação profissional* nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura;
- Desenvolvimento de articulação no sentido de maior envolvimento de universidades públicas nos processos de produção de conhecimento e de formação dos professores na esfera do PROEJA;
- Incentivo à participação de profissionais que atuam no PROEJA em programas de formação inicial e continuada;
- Cômputo na jornada semanal de trabalho docente de carga horária destinada ao planejamento coletivo e estudos de professores que atuam no PROEJA;
- Criação (por parte de coordenações locais) de espaços que proporcionem aos docentes, em seus respectivos grupos de trabalho, a oportunidade de interagirem academicamente em abordagens temáticas concernentes aos componentes curriculares da EJA;
- Realização de seminários locais e/ou regionais nos pólos dos cursos de especialização do PROEJA.

Com relação à formação inicial e continuada de professores duas questões foram claramente contraditórias:

- Desenvolvimento de articulações no sentido de instituir políticas locais de incentivo e valorização de profissionais que atuem no PROEJA, em especial planos de carreiras, cargos e salários;
- Criação de bolsa auxílio ao professor com formação e atuação no PROEJA.

Nos dois casos houve significativas manifestações contrárias e favoráveis às duas proposições.

d) Estratégias de financiamento

Qualquer proposta que discuta seu financiamento precisa levar em conta o modo como o monitoramento permanente de recursos será realizado. A perspectiva de otimizar a aplicação de recursos públicos passa, inexoravelmente, pelo controle e avaliação da coerência dos investimentos com as propostas planejadas.

Entretanto, não se pode desprezar a idéia abordada como princípio, de que o regime de colaboração exige repensar a ação integrada de diferentes instâncias ministeriais e de demais esferas de poder, de modo a compor um fundo do Programa que vá além do que a SETEC/MEC, sozinha, pode financiar. Assim, um aspecto desafiador para o Programa é político: integrar recursos oriundos de financiamentos da modalidade EJA ao financiamento de ações do PROEJA, em nível federal, avançando no que diz respeito a conjugar investimentos dos poderes estaduais e municipais, assim como de outras entidades que se associam, tanto financiadas por recursos públicos provenientes de isenção fiscal, quanto financiadas por outras fontes, concorrentes para a mesma finalidade e consecução de objetivos, sem duplicidade de esforços.

Reitera-se que os recursos investidos pelo poder público devem ser direcionados apenas a instituições públicas, mesmo quando em parcerias, cabendo ao convênio estabelecer as competências de cada entidade que aporta recursos. Uma luta a ser enfrentada ainda, após o rearranjo trazido pelo FUNDEB, é de total apoio ao Fundo Nacional da Educação Profissional (FUNDEP, Projeto de Lei nº. 274/2003), constituído por recursos oriundos de impostos já existentes em ações de formação profissional como fonte específica de financiamento na área.

No tocante a financiamento, duas questões devem ser enfrentadas: a primeira, o fato de que as iniciativas de EJA, não têm tratamento igualitário ao ensino regular no ensino médio e fundamental (menor custo/aluno), na regulamentação do FUNDEB; a segunda, a

sensibilização de empresas públicas e privadas para a constituição do FUNDEP, aportando recursos adicionais, pelo fato de serem elas potenciais acolhedoras dos profissionais formados pelo PROEJA.

À questão do financiamento cabe acrescentar que o que está em jogo é o direito à educação, e por isso tanto educação profissional quanto educação do campo devem constituir foco da política educacional em geral, para que esta se materialize de fato. Consolidar o direito à educação passa por assumir as exigências sociais e produtivas de grupos populacionais específicos, para que camponeses e outros sujeitos se sintam capazes de ingressar nas instituições públicas.

Por fim, deve-se assinalar que o financiamento público do Programa deve prever linha própria que estimule e apóie estudos sobre a educação profissional, em especial no que tange à educação do campo e seus desdobramentos.

De posse desses fundamentos básicos, os participantes formularam algumas estratégias de financiamento convergentes, vinculadas às ofertas do PROEJA:

- Canalização de recursos de projetos/programas de EJA e EPT de outros Ministérios (MDA, MTE, MDS, Casa Civil etc.) para o PROEJA, incorporando o atendimento das demandas dos respectivos projetos/programas;
- Financiamento e refinanciamento do Programa, segundo critérios de gestão que abrangem acompanhamento, avaliação e indicadores de resultados;
- Repasse de verbas diretamente para estados e municípios, estabelecendo critérios para implantação, implementação e avaliação de ações;
- Estabelecimento de convênios e parcerias;
- Revisão de formas de repasse de recursos para a instituição gestora;
- Aprovação, em caráter de urgência, do FUNDEP, por meio de articulação política, mobilização popular e dos segmentos organizados da sociedade civil;
- Criação de programas de financiamento com dotação orçamentária própria até a aprovação do FUNDEP;
- Captação de recursos do PROEP para o PROEJA;
- Pleito aos recursos do FAT para o PROEJA;

- Criação de incentivos para que as empresas invistam no PROEJA;
- Financiamento de bolsas de estudo como estímulo à permanência de estudantes que cursam educação profissional integrada à EJA, para mantê-los no curso, evitando a evasão;
- Investimento sistemático na formação continuada docente;
- Viabilizar recursos para publicações de trabalhos de docentes e estudantes envolvidos com o PROEJA;
- Aparelhamento / oferta de condições adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem;
- Aparelhamento de bibliotecas com acervos coletivos e acervos para turmas;
- Disponibilização de recursos humanos e físico-materiais para as ações do PROEJA.

e) Estratégias de divulgação

De forma geral, a educação profissional é pouco conhecida e reconhecida como importante pela maioria da população, apesar de sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico do país. Um dos aspectos que contribui para isso é o fato de que a oferta é muito pequena no país, principalmente no que diz respeito a cursos técnicos de nível médio. Assim, enquanto no ensino médio, por exemplo, estão matriculados quase 11 milhões de estudantes, incluindo a modalidade *educação de jovens e adultos*, a matrícula nos cursos técnicos de nível médio é de aproximadamente 707.000, segundo dados do Censo Escolar 2005.

No caso de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores a matrícula é sabidamente maior, apesar de não existirem dados estatísticos oficiais no âmbito nacional sobre o aspecto em questão. Entretanto, esses cursos são, em geral, de curta duração e dissociados da educação básica, resultando em ações fragmentadas e que não contribuem para a elevação da escolaridade dos participantes nem para melhoria efetiva de condições de (re)inserção sociolaboral daqueles que os concluem. Essa realidade, portanto, não contribui para que se estabeleça uma imagem positiva da educação profissional e tecnológica na sociedade brasileira.

Com relação ao outro pólo, a educação de jovens e adultos, apesar de mais conhecida pela população, carrega o estigma de ser ainda *supletiva, compensatória* e destituída de possibilidades concretas de maior contribuição para que seus concluintes melhorem as condições de inserção social e no mundo do trabalho.

Diante desses fatos, os participantes convergiram nas seguintes estratégias de divulgação em relação ao PROEJA:

- Promoção de fóruns (inclusive por meio de tecnologias da comunicação e da informação) e conferências, envolvendo os diferentes sujeitos que trabalham na educação de jovens e adultos, no ensino médio e na educação profissional;
- Diálogos entre os sujeitos envolvidos no PROEJA, por meio de fóruns, seminários, congressos etc., consolidados em convênios e parcerias;
- Realização de seminários abertos, regionais e locais, com a participação de conselhos municipais, associações, movimentos sociais e sindicais, escolas e núcleos de EJA bem como com o sistema público de ensino, para difundir publicamente o conhecimento acerca do PROEJA e seus benefícios para a população;
- Identificação e divulgação de experiências realizadas no país no âmbito do PROEJA, nas esferas públicas da União, dos estados e dos municípios, assim como em movimentos sociais;
- Fortalecimento e ampliação de fóruns estaduais de educação profissional/EJA para discutir e propor ações visando à construção da identidade dos cursos de educação profissional integrados à EJA;
- Criação de cronograma nacional prevendo fóruns e eventos regionais, para consolidação e socialização de ações previstas e realizadas no âmbito do PROEJA;
- Divulgação institucional do PROEJA pelo MEC/governo federal, em nível nacional e local, por intermédio de diferentes meios de comunicação, assim como nos demais Ministérios;
- Inserção de *spots* no programa radiofônico *Voz do Brasil* e em outros programas afins;

- Responsabilização do MEC pela divulgação do PROEJA junto a estados e municípios;
- Busca de comprometimento das instituições estaduais, municipais e federais (secretarias de educação e de saúde e universidades), organizações da sociedade civil, representações de categorias profissionais, associações de bairro, sindicatos de trabalhadores e entidades particulares e religiosas com a divulgação do PROEJA, a partir de informações do MEC;
- Plano de *marketing* e propaganda do PROEJA, com abrangência nacional;
- Inclusão do PROEJA na propaganda institucional do governo federal nas diferentes mídias;
- Divulgação do PROEJA junto a classes de EJA, às agências do SINE (e correlatos) e ao PROJOVEM;
- Divulgação de políticas e programas educacionais do país por meio de propaganda institucional na mídia de massa e em página institucional do MEC, de secretarias estaduais e municipais;
- Inclusão do item *divulgação* nos projetos a serem financiados pelo MEC;
- Divulgação junto a movimentos sociais para que conheçam o Programa;
- Divulgação ampla da educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade EJA junto a universidades;
- Criação, pela SETEC/MEC e SECAD/MEC, de espaço eletrônico sobre o PROEJA, na página oficial do MEC;
- Lançamento oficial do PROEJA em nível nacional pelo Governo Federal;
- Necessidade de logomarca única para o MEC, estados e municípios utilizarem nos meios de comunicação de massa, na divulgação do PROEJA;
- Utilização de canais de divulgação do próprio MEC para alcançar as escolas;
- Criação de página do PROEJA, e inserção de *link* que disponibilize um fórum apropriado para a socialização e divulgação de experiências regionais, estaduais e municipais;

- Divulgação do Programa nos setores amplamente freqüentados por grupos destinatários, como igrejas, movimentos sociais, indústria, comércio, periferias das grandes cidades, meio rural, canteiros de obra, escolas, feiras livres etc.;
- Envolvimento de estudantes do PROEJA e de demais programas direcionados a jovens e adultos na divulgação do Programa em suas diferentes esferas sociais; e
- Realização, em 2008, de encontro nacional sobre política de educação profissional integrada à EJA.

f) Estratégias para a revisão de marcos legais

A definição dessas estratégias foi orientada pela necessidade de esclarecimento em relação a determinados aspectos legais, considerando o Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006; o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, e os Documentos-base do PROEJA.

O campo legal, à medida que se modifica, tensionado pela hegemonia de concepções, em área polêmica como a do ensino médio integrado à educação profissional, exige atenta revisão, sob pena de constituir um espectro de contradições de difícil conciliação no que tange às formalizações legais indispensáveis. Desse modo, a proposta do eixo foi provocar nos participantes a possibilidade de trazer as principais dificuldades que a legislação vigente acarreta na experiência de trabalho, produzindo dúvidas e incertezas quanto aos procedimentos adotados.

Ademais, a natureza da regulamentação do PROEJA, face ao caráter efêmero de um Decreto, contribui para reforçar a necessidade de transformação do Programa em política pública de Estado.

Os grupos de trabalho defenderam, na mesma perspectiva da Conferência de novembro de 2006, a inclusão, na LDBEN de 1996, do princípio de integração da educação profissional ao ensino fundamental para o adolescente oriundo desse nível de ensino e para a educação de jovens e adultos, restabelecendo o vínculo entre educação profissional e educação básica, apartados em capítulos diversos no texto legal.

Do mesmo modo, contradições quanto a concepções do ensino médio técnico exaradas no Parecer CNE/CEB nº. 16/99 e Resolução CNE/CEB nº. 04/99; do Parecer CNE nº.

39/2004 e Resolução nº. 1/2005 necessitam ser dirimidas, face às concepções de ensino médio integrado à educação profissional dos Decretos nº. 5.154/2004 e nº. 5.840/2006.

A natureza diferenciada de participação de sistemas públicos e privados no PROEJA indica a necessidade de coordenação e gestão do MEC, para assegurar os princípios que definem o sentido público do Programa. Do mesmo modo, a natureza de um curso integrado subentende uma única certificação, a ser expedida pela instituição pública conveniada, em qualquer forma de associação adotada. Pelo fato de a certificação nesse campo corresponder a intensa disputa, pelo caráter conferido de profissionalização, que em verdade diploma o concluinte, alerta-se para os riscos de mercantilização de documentos, o que deverá cercar o Programa de cuidados. Como o Art. 6º prevê o *aproveitamento de estudos* no âmbito do PROEJA, entende-se ser necessário aprofundar o significado desse conceito, sob o risco de banalizar a formação e a diplomação. A certificação de conhecimentos, de habilidades e experiências anteriores à educação formal, como prevista no Art. 7º, da Lei 5840 também se enquadra nessa preocupação, exigindo formulações que possibilitem reconhecer e legitimar esses conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo da vida pelos estudantes, para efeito de certificação.

Ainda nesse âmbito, ressalta-se o cuidado quando o Programa é desenvolvido em parceria de duas instituições, pelo risco de existir “certificação dupla”, o que acarretaria problemas legais. De todo modo, alerta-se para o caso de parcerias firmadas nas três esferas de governo, para definir a quem cabe – e como – a contabilização da matrícula?

Um último aspecto a ser considerado diz respeito à polêmica instalada no campo da EJA e, agora, no PROEJA, quanto à idade mínima de acesso, o que a LDBEN não definiu para os níveis fundamental e médio, que podem ser oferecidos na modalidade EJA. O Art. 38 da Lei só o fez quanto à idade dos exames, implicando avaliar se se deve defender um ingresso por idade, sob pena de submeter os sujeitos excluídos dos processos educacionais, uma vez mais, do direito à continuidade de estudos, o que fará mais tarde, sem dúvida, em franco confronto com o texto constitucional que assegura o direito de todos, independente da idade.

Diante desses fundamentos e questões, listam-se as estratégias formuladas:

- Formação de comissão para estudo e propostas de regulamentação nos Conselhos de Educação quanto a aspectos enunciados (idades mínimas de acesso; competência

para certificação; dirimir conflitos entre pareceres, resoluções e decretos etc.; esclarecimento quanto ao aproveitamento de saberes etc.), após diálogo com os fóruns de EJA, sempre que a matéria envolver questões comuns e polêmicas também entre profissionais da EJA;

- Rediscussão da natureza do Comitê proposto, tomando como referência o Art. 9º do Decreto, com a perspectiva de articular com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) a inclusão de representação da SETEC; do Conselho de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF); do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) e outras, na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA);
- Articulação nos estados com os respectivos Conselhos de Educação;
- Criação de comissão para definir normas legais para o Programa e orientar os estados;
- Estabelecimento de novas diretrizes para educação profissional e tecnológica;
- Revisão do § 3º do Art. 1º, propondo-se a seguinte alteração: “para os sistemas de ensino estaduais e municipais deverão ser criadas condições para a adoção do PROEJA, e para as entidades privadas o PROEJA poderá ser adotado”;
- Identificação do Sistema S como sistema sindical no § 3º do Art. 1º;
- Instituir Diretrizes Operacionais para o PROEJA (pelo CNE).

g) Estratégias ligadas à infra-estrutura e à gestão do Programa

Nesse item, estarão sendo apontadas estratégias concernentes à infra-estrutura que precisa ser assegurada para o desenvolvimento do Programa e à gestão que pode favorecer sua implantação e continuidade no campo, segundo as formulações que vêm sendo realizadas coletivamente.

São estas as estratégias elencadas:

- Criação de colegiados de gestão (gestores, professores, técnicos e estudantes) para discutir, avaliar e propor modificações no PROEJA;
- Criação de comissões com representantes de comunidades para definição de critérios e estratégias de acesso e permanência nas instituições de ensino;
- Implementação de gestão compartilhada com os grupos sociais e conselhos envolvidos, promovendo eventos comunitários para a apresentação de resultados e de planos de trabalho para o acompanhamento do PROEJA;
- Divulgação de cursos e de perfis profissionais, visando à escolha mais consciente, por parte do candidato, do curso a realizar;
- Estabelecimento de convênios com o setor produtivo para a criação de banco de estágios curriculares/profissionais;
- Garantia de acesso a espaços e recursos/serviços no espaço escolar, incluindo laboratórios e biblioteca da escola;
- Promoção de espaços (regionais e locais) que proporcionem aos estudantes a oportunidade de integração e socialização de experiências, aprendizagens e valores que favoreçam sua condição de sujeitos do processo;
- Implantação de bolsa-auxílio para transporte e alimentação dos estudantes;
- Implantação e implementação de creche nas escolas para atender demanda de estudantes do PROEJA com filhos ou filhas;
- Ampliação e adequação das dimensões de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, a fim de

fornecer condições de inclusão às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais;

- Implementação de políticas de formação continuada em serviço para professores e professoras envolvidas com o PROEJA, em articulação com as universidades;
- Estabelecimento de parcerias com secretarias estaduais, municipais, instituições de ensino superior, CAPES, SETEC para oferecer cursos nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, com o objetivo de formar profissionais que atuam no PROEJA;
- Sustentação de política de participação dos profissionais que atuam no PROEJA em programas de formação inicial e continuada;
- Fixação de carga horária de estudo para professores que trabalham com o PROEJA, como hora de efetivo exercício docente;
- Criação de setor institucional para realizar estudos sobre causas e motivos que levam a trajetórias descontínuas e à interrupção de estudos;
- Promoção de cursos de excelência em EPT;
- Organização e oferta de cursos presenciais e a distância, utilizando Internet, TV, rádio, material impresso e outras mídias;
- Acompanhamento pedagógico contínuo dos cursos;
- Gestão de relações interpessoais nas instituições, propiciando apoio motivacional para que os estudantes do PROEJA não se sintam excluídos e discriminados;
- Criação de políticas de inclusão e de valorização das diferenças nas instituições escolares;
- Avaliação institucional: professor, coordenação, infra-estrutura.

h) Estratégias ligadas à gestão do Programa em nível nacional

Nesse tópico abordam-se estratégias de gestão mais específicas da SETEC, em busca de viabilizar condições e facilitação para o desenvolvimento, com êxito, do Programa. Apontam-se as seguintes estratégias:

- Pacto de estratégias, em nível ministerial, para estender programas existentes no Ministério da Saúde aos estudantes do PROEJA;

- Garantia de políticas de permanência dos estudantes no sistema, no que diz respeito, por exemplo, a deslocamento diário, o que exige transporte escolar;
- Garantia de recursos para laboratórios, oficinas, ambientes didáticos, equipamentos, possibilitando a adequada formação profissional e de qualidade aos estudantes;
- Estabelecimento, pela SETEC, de diretrizes de gestão do PROEJA para as instituições das redes federal, estadual e municipal, a fim de garantir a formalização de estruturas de função, de tempos e de espaços para o melhor desenvolvimento do Programa em cada rede, bem como em suas articulações estaduais e regionais, priorizando as redes de referência na implementação do PROEJA, com ênfase na federal;
- Interlocação entre MEC e redes envolvidas com o PROEJA, para discutir formas de gestão referentes ao Programa;
- Articulação, em nível municipal, estadual, regional e nacional, das instâncias de gestão de PROEJA nas instituições das diversas redes envolvidas com o Programa.

3.3 Ações a serem executadas pela SETEC

Segundo as propostas apresentadas pelos grupos de trabalhos, as ações a serem executadas pela SETEC de modo a viabilizar/consolidar estratégias de apoio ao Programa podem ser divididas em quatro grupos: a) *ações com ênfase na disseminação e na articulação*; b) *ações com ênfase no financiamento* (infra-estrutura, formação de profissionais e fomento à pesquisa) e c) *ações com ênfase no monitoramento*. Embora didaticamente separadas para a apresentação, todos os conjuntos conformam ações integradas que, por isso, exigem sistemática e simultaneidade. Destaque-se que a qualidade e o sucesso das *ações com ênfase na articulação* influirão diretamente na qualidade do resultado das demais ações.

Quando não houve consenso sobre as ações mais adequadas para a consecução dos objetivos do Programa, a opção foi por apresentar as duas proposições, apontando para os pontos de conflito.

a) Ações com ênfase na disseminação e na articulação

No campo das ações de disseminação e de articulação, as propostas apresentadas indicam:

- fortalecimento do PROEJA como política de Estado da educação profissional/EJA, por meio de:
 - ✓ discussão de política pública, do conceito de oferta pública e de qualidade da educação oferecida;
 - ✓ discussão do PROEJA x Universidade (PL da Reforma do Ensino Superior, Programa Universidade Aberta do Brasil e proposta de Universidade Nova).
- criação e fortalecimento de diferentes espaços de interlocução entre os atores sociais interessados no PROEJA, por meio de:
 - ✓ câmaras técnicas e comitês intersetoriais;
 - ✓ grupos de trabalho e de estudo inter-institucionais;
 - ✓ grupos de trabalho e de estudo entre secretarias / MEC, órgãos e instituições vinculadas ao Ministério da Educação;
 - ✓ pólos regionais com a participação de todos os segmentos que possam ter envolvimento com a proposta do PROEJA;
 - ✓ fóruns de interlocução entre as diferentes associações de pesquisa e fóruns nacionais, estaduais e regionais;
 - ✓ seminários;
 - ✓ espaço/fórum virtual, utilizando portal do PROEJA, criado com *software livre*;
 - ✓ fóruns de debates específicos, envolvendo diversos segmentos da sociedade;
 - ✓ audiências públicas;
 - ✓ comitês estaduais do PROEJA com representação de diversos atores da sociedade civil organizada;
 - ✓ desenvolvimento e distribuição de vídeos institucionais sobre o PROEJA;
 - ✓ participação de profissionais envolvidos no PROEJA e parceria da SETEC/MEC com fóruns estaduais de EJA e representação nacional;

✓ envolvimento de secretários de educação e prefeitos com a ampla divulgação do PROEJA na mídia: canais abertos de televisão, rádios, jornais, revistas, priorizando redes públicas.

- criação e fortalecimento de diferentes espaços de interlocução entre SETEC, SESU, CAPES, CNPq, por meio de:
 - ✓ envolvimento, nas ações do PROEJA, de atores das instituições de ensino superior que formam professores;
 - ✓ envolvimento de universidades nos fóruns de educação profissional/EJA, para que se comprometam com a formação de professores e gestores em educação profissional integrada à EJA;
 - ✓ rediscussão de currículos das licenciaturas, incorporando a dimensão da educação profissional integrada à EJA e ao ensino médio;
 - ✓ aproximação da SETEC com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária;
- articulação inter-institucional e intraMEC, por meio de:
 - ✓ criação e funcionamento de câmaras e grupos de estudo / trabalho entre Ministérios e Secretarias especiais, visando à articulação com outras políticas setoriais;
 - ✓ criação e consolidação de fóruns de debate com representantes de estados e municípios (CONSED, UNDIME, Secretarias Estaduais de Educação e de Ciência e Tecnologia, Conselhos Estaduais de Educação, Secretarias Municipais, outros);
 - ✓ promoção de seminários com órgãos de outras esferas administrativas, incluindo articulação com movimentos sociais, representantes de setores econômicos locais, enfim, com a sociedade civil organizada;
 - ✓ promoção de ações específicas com vista à sensibilização de secretários de educação de estados e municípios em prol do PROEJA;
 - ✓ promoção de seminários e de outros espaços de debate (com todos os atores já citados) sobre condições de oferta e currículo, tendo como objetivos: disseminação da proposta, sensibilização de atores, busca de alternativas viáveis, elaboração e implantação coletiva e democrática de projetos;

- ✓ formação de pólos regionais articulados com movimentos sociais e demais parceiros para a execução de programas de educação profissional integrada à EJA em todos os estados e no DF;
- ✓ constituição de espaços de interlocução com a representação nacional e fóruns estaduais de EJA, com ANPAE, ANPED, ANFOPE e outras associações e fóruns de pesquisa para a socialização de informações e acordos de envolvimento dessas entidades com o Programa;
- ✓ criação e funcionamento de grupos de estudo / trabalho entre as Secretarias do MEC, CNE, INEP, CAPES e outros organismos vinculados ao MEC;
- ✓ promoção de interlocução com universidades públicas brasileiras, em especial com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária;
- ✓ estabelecimento de termo de cooperação do Sistema S com instituições públicas para a oferta do PROEJA;
- ✓ realização de seminários locais e/ou regionais, em 2007, pelas instituições envolvidas com educação profissional integrada à EJA para discutir a problemática e propor novos rumos. Sugestão de periodicidade trimestral para encontros locais, semestral para os regionais e anual para o nacional (sem consenso sobre a periodicidade);
- ✓ realização de encontro nacional, em 2008, sobre política de educação profissional integrada à EJA para garantir a divulgação, motivação, troca de idéias e experiências bem como a avaliação do andamento do Programa nos vários pólos e regiões do país;
- ✓ instituição de fórum permanente na rede *Internet*, possibilitando acesso e troca de experiências, e de materiais produzidos, sugerindo-se a criação de um portal do PROEJA (utilizando *software* livre);
- ✓ realização de audiências públicas, objetivando colocar o PROEJA na agenda política, educacional e social do país;
- ✓ divulgação ampla do PROEJA na mídia: em canais abertos de televisão, rádios, jornais, revistas, priorizando as redes de comunicação públicas;

- ✓ divulgação do Programa, das experiências e das produções de estudantes nos GTs de educação de EJA e nos fóruns acadêmicos;
- ✓ divulgação da produção acadêmica do CAPES/PROEJA junto às IES;
- ✓ divulgação, junto à SESU, da política do PROEJA, recomendando sua remessa ao Fórum de Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e às escolas básicas, profissionais e tecnológicas vinculadas às IFES para viabilizar formas de participação;
- ✓ persistência no empenho do MEC / SETEC, para consolidar as políticas implantadas, buscando formas que contribuam para que o participante do curso aproprie-se da aproximação entre o “mundo da vida” e o “mundo do trabalho”.

c) Ações com ênfase no financiamento

Infra-estrutura

- Valorização de recursos e conhecimentos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e EAD no PROEJA.

Formação de profissionais

- Implementação, junto às Instituições de Ensino Superior (IES) de Plano de Trabalho para consolidação e cumprimento de políticas instituídas pelo PROEJA;
- instituição de Fórum Permanente na *Internet*, possibilitando acesso e troca de experiências, de materiais produzidos e geração e produção de bibliografias do PROEJA;
- manutenção, fortalecimento e ampliação de pólos de especialização da educação profissional integrada à EJA;
- manutenção, fortalecimento e ampliação do convênio CAPES/PROEJA que visa à produção de ciência sobre educação profissional integrada à EJA, a partir de pesquisa básica sobre o tema;
- participação de equipes do PROEJA nos Encontros Nacionais de EJA (ENEJAs), em conferências e fóruns de EJA e EPT;

- ocupação de espaços de debate no cenário político, educacional e social do país;
- realização de encontros locais trimestrais, encontros regionais semestrais e encontro nacional anual.

Fomento à pesquisa

- Envolvimento da SESU, CAPES e CNPq (financiamento) para trabalhar junto às universidades na área de ensino, pesquisa e extensão sobre PROEJA e EJA;
- implantação de grupos de pesquisa tendo o PROEJA como tema;
- promoção, pelo MEC/SETEC/IES, de seminários para estudos, discussões e socialização de trabalhos e experiências realizados;
- oferta de extensão e pós-graduações *lato* e *stricto sensu* em educação profissional integrada à EJA.
- criação de programas com bolsas de iniciação científica para as licenciaturas que trabalham com educação profissional integrada à EJA.

d) Ações com ênfase no monitoramento

- Criação, pela SETEC, em conjunto com as coordenações estaduais, de uma plataforma de monitoramento, acompanhamento e avaliação;
- gestão compartilhada do PROEJA na direção do pacto federativo do Sistema Nacional de Educação;
- construção coletiva de critérios que subsidiem a elaboração de editais para o PROEJA.